

o o o o

RELATÓRIO

DE ATIVIDADES



APRECE
Associação dos Municípios do Estado do Ceará

JULHO

2026

o o o o

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ (APRECE)

RELATÓRIO DE ATIVIDADES – JULHO/26

O presente relatório objetiva apresentar as atividades desenvolvidas pela Associação dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece) no âmbito do Termo de Contribuição Associativa firmado entre Aprece e o Município, cujo escopo é o fortalecimento da relação entre as instituições, da cooperação e apoios recíprocos considerando seu papel representativo para a efetiva defesa dos municípios e de seus objetivos, em promover a melhoria da gestão pública com custos decrescentes e aumento de sua eficácia e eficiência.

Apresenta ainda as atividades desenvolvidas em parceria com a Confederação Nacional de Municípios (CNM) visando fortalecer as gestões locais a partir: da troca e repasse de informação; da interlocução junto aos municípios para participação em atividades promovidas pela CNM; mobilização para participação em eventos próprios do movimento municipalista para defesa das pautas prioritárias; fomento a participação em capacitações, lives, reuniões e similares, todas desenvolvidas com o fito de legitimar e fortalecer o municipalismo brasileiro.

Nesse sentido, a entidade apresenta, através deste documento, o relato das atividades desenvolvidas durante o mês de JULHO de 2026, demonstrando o cumprimento do objeto pactuado e a efetiva defesa do municipalismo em todas as esferas.

LINHAS DE ATUAÇÃO ACORDADAS

Participação da Aprece por meio de sua Diretoria Executiva e/ou de coordenadores, analistas técnicos, assessores e consultores em Conselhos, Câmaras Técnicas e outros órgãos colegiados estaduais representando o município:

- Divulgação das ações do Movimento Municipalista em geral e as capitaneadas pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), por meio de informativos, site, redes

sociais, grupos de WhatsApp e e-mails;

- Encaminhamento de informações por meio de ofícios nominais, ofícios circulares, notas técnicas e documentos de apoio técnico e institucional sobre diversos assuntos de interesse dos municípios;
- Assessoramento técnico e jurídico aos municípios, auxiliando na obtenção de recursos federais e na orientação da execução das políticas públicas, visando o desenvolvimento municipal;
- Reuniões com parlamentares federais e estaduais e com diferentes segmentos do governo estadual em busca de apoio às pautas municipalistas diversas;
- Apoio aos municípios e participação direta na mobilização municipalista, em Brasília, juntamente com a CNM em pautas impactantes para os municípios;
- Fomento à capacitação técnica para servidores públicos municipais, através da Escola de Gestão Pública Municipal da Aprece (EGPM/APRECE) em parceria com a Confederação Nacional de Municípios, órgãos e entidades governamentais e não governamentais;
- Mobilização junto aos municípios e à sociedade em geral para participação em *lives* promovidas pela Aprece e pelas diversas entidades municipalistas, em especial pela CNM;
- Mobilização de técnicos, consultores e assessores de Ministérios, órgãos estaduais, Ministério Público e outras entidades para participação em atividades de capacitação, reuniões técnicas, Quinta com Debate e Gestão Municipal em Foco, realizadas pela Aprece;
- Participação, juntamente com a CNM, na articulação com o Congresso Nacional, o Governo Federal e outras esferas de poder na busca de novos recursos e apoio aos

municípios em situações de excepcionalidade;

- Disponibilização de ferramenta para publicação de atos administrativos para os municípios que a instituírem em Lei como meio de publicação legal e oficial;
- Divulgação das ações de capacitação, das ferramentas de acesso exclusivo disponibilizadas pela Confederação Nacional para os municípios para qualificação técnica dos agentes públicos;
- Acompanhamento e divulgação da cota-parte do FPM;
- Acompanhamento e divulgação da cota parte do ICMS;
- Acompanhamento de indicadores municipais nas diversas áreas.

ATIVIDADES REALIZADAS

1. PARTICIPAÇÃO DA APRECE EM ENCONTROS, REUNIÕES, AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, VISITAS, MOBILIZAÇÕES E SIMILARES, E ATIVIDADES PROMOVIDAS PELA ENTIDADE EM DEFESA DOS INTERESSES DOS MUNICÍPIOS.

07/07/2026 – MOBILIZAÇÃO EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS. O Presidente da Aprece, Joacy Júnior, participa de mobilização Municipalista da CNM em Brasília com o objetivo de alertar deputados e senadores de todo o país sobre os efeitos negativos das pautas bombas que tramitam no Congresso Nacional para os municípios brasileiros, especialmente as que geram aumento nas despesas públicas sem a indicação de fontes de recursos no orçamento que garantam a receita para execução das novas despesas.



13/07/2026 – VISITA INSTITUCIONAL DA SEDUC À APRECE. A Aprece recebeu a visita institucional do novo Secretário Executivo de Cooperação com os Municípios da Secretaria da Educação do Ceará (Seduc/CE), Eduardo Maia. O encontro, realizado no gabinete da presidência da entidade, marcou o início de um diálogo estratégico voltado ao fortalecimento das políticas educacionais nos municípios cearenses, e teve como foco a construção de uma agenda conjunta capaz de ampliar resultados e enfrentar desafios que impactam diretamente a aprendizagem dos estudantes. Entre os temas debatidos estiveram a promoção da equidade educacional, os critérios e metas do Valor Aluno Ano Resultado (VAAR), o fortalecimento da Educação Infantil, o Transporte Escolar e o planejamento integrado de ações que contribuam para a manutenção da qualidade da educação cearense e para a conquista de novos avanços nos indicadores educacionais. O Secretário foi recebido pelo presidente Joacy Júnior e pelo prefeito de Cedro, Nilson Diniz e esteve acompanhado de Cristiane Nóbrega, coordenadora de Cooperação com os Municípios para o Desenvolvimento da Aprendizagem na Idade Certa, e Francisca Aparecida, coordenadora de Educação Infantil, ambas da Seduc/CE.



2. ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO MUNICIPAL

08/07/26 – WORKSHOP CIDADES INTELIGENTES REÚNE GESTORES PARA DEBATER INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA. A Aprece, por meio da Escola de Gestão Pública Municipal (EGPM), com apoio do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) realizou o Workshop Cidades Inteligentes, com o objetivo de reunir gestores municipais, servidores públicos, especialistas, representantes da academia e instituições parceiras para discutir soluções capazes de tornar os serviços públicos mais eficientes, modernos e próximos da população. A programação contemplou palestras, painéis e apresentação de cases de sucesso nos quais foram apresentadas e discutidas boas práticas e a fundamentação de conteúdos relevantes para o desenvolvimento da cultura de inovação nas cidades cearenses. Representando o presidente da Aprece, o prefeito de Cedro, Nilson Diniz, participou da solenidade de abertura ao lado do superintendente nacional de Novos Negócios do Serpro, Carlos Alexandria; do presidente da Fundação de Apoio ao IFCE, professor Ernani Andrade Leite; da Secretária de Assistência Social, Direitos Humanos, Mulheres e Segurança Alimentar e Nutricional do município de Baturité, Vanda Anselmo Braga; e da gestora de negócios do Serpro para Mercado Público e Privado, Alexandra Vitória.



27/07/26 – CONEXÃO CNM QUALIFICA – JUAZEIRO DO NORTE - A Aprece participa e fomento a participação dos municípios cearenses na edição do Conexão CNM Qualifica, realizado em Juazeiro do Norte no dia 27/07/2026. A capacitação foi voltada à aplicação das Portarias MDS nº 1.043/24 e nº 1.044/24 e obteve expressiva participação dos municípios do Ceará e do Rio Grande do Norte.

29/07/26 – CONEXÃO CNM QUALIFICA – LIMOEIRO DO NORTE - A Aprece participa e fomento a participação dos municípios cearenses na edição do Conexão CNM Qualifica, realizado em Limoeiro do Norte no dia 29/07/2026. Nesta edição foram trabalhadas duas turmas com os temas: O Poder de Polícia dos Municípios frente à Fiscalização Ambiental, Sanitária, Climática e Urbanística e na área de finanças: Inteligência Tributária Aplicada ao Simples Nacional.

3. ATIVIDADES DIVERSAS E COMPLEMENTARES

- Mobilização junto aos municípios de atividades de pesquisa, enquete e coleta de banco de dados;
- Participação da Aprece em reuniões de Câmaras Técnicas, Conselhos, Fóruns Grupos de Trabalhos Interinstitucionais, por meio de seus Analistas, Coordenadores, Consultores e Assessores discutindo pautas de interesse dos municípios.
- Colaboração permanente e direta com a Confederação Nacional de Municípios (CNM) e com o Departamento de Transferências e Parcerias com a União (DETPAR) da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEGES), do Ministério da Inovação e Gestão para articulação e apoio aos municípios em atividades relacionadas Transferegov.br e às transferências da União;
- Apoio aos municípios e às entidades parceiras por meio da cessão de sala virtual (ferramenta Zoom)
 - Divulgação das ações da CNM e da Aprece junto aos municípios cearenses no site da Aprece, replicando-as, simultaneamente, nas redes sociais da entidade (face book, instagram) e em todos os grupos de trabalho do *WhatsApp*, formados por prefeitos, secretários municipais, procuradores, assessores, gestores municipais de convênios, ouvidores, controladores, chefes de gabinete e assessores de comunicação, bem como de outras notícias relevantes para o municipalismo:

Municípios devem ficar atentos às alterações na metodologia de cofinanciamento da Atenção Primária

Ministério da Saúde alterou as notas metodológicas do componente de qualidade da metodologia de cofinanciamento federal da Atenção Primária à Saúde (APS). As mudanças abrangem os indicadores C1 a C7, aplicáveis às equipes de Saúde da Família (eSF) e às equipes de Atenção Primária (eAP), e impactam diretamente o registro dos procedimentos e das ações realizadas no âmbito da APS.

CONTINUAR LENDO

1 de julho de 2026

Aprece esclarece: não é obrigatório desativar perfis das prefeituras nas redes em 2026

Em nota informativa esclarecendo que não existe imposição legal para a suspensão total dos canais institucionais durante o período eleitoral de 2026, a entidade reforça que as Eleições Gerais de outubro deste ano envolvem apenas cargos federais e estaduais. Por esse motivo, a restrição prevista no art. 73, VI, “b”, da Lei nº 9.504/1997 deve ser interpretada em conjunto com o § 3º do mesmo artigo, que limita sua aplicação às esferas administrativas cujos cargos estejam efetivamente em disputa. Embora a desativação geral dos perfis não seja obrigatória, a Aprece orienta os municípios a adotarem cautela redobrada na produção e divulgação de conteúdo

durante o período eleitoral.

CONTINUAR LENDO

3 de julho de 2026

Workshop da Aprece debate inovação e cidades inteligentes para fortalecer a gestão pública

Em um cenário em que a transformação digital redefine a forma de governar e prestar serviços à população, a Aprece promoverá, no próximo dia 8 de julho, o Workshop Cidades Inteligentes: Inovando a Gestão Pública.

Contando com o apoio do Serpro, o encontro reunirá gestores, técnicos e especialistas para apresentar ferramentas, experiências e estratégias voltadas à construção de municípios mais inovadores, eficientes e sustentáveis.

CONTINUAR LENDO

6 de julho de 2026

Workshop Cidades Inteligentes reúne gestores para debater inovação na gestão pública

A inovação e a transformação digital deram o tom da abertura do evento, realizado pela Aprece com apoio do

Serpro. O encontro reúne, nesta quarta-feira (8), gestores e servidores públicos municipais, especialistas, representantes da academia e instituições parceiras para discutir soluções capazes de tornar os serviços públicos mais eficientes, modernos e próximos da população. Representando o presidente da Aprece na abertura, o prefeito de Cedro, Nilson Diniz, destacou a importância de aproximar os municípios das oportunidades geradas pela inovação e pela tecnologia, ressaltando o papel da entidade na construção de uma agenda voltada à modernização da gestão pública.

CONTINUAR LENDO

8 de julho de 2026

TRE-CE aprova solicitação ao TSE de forças federais para 66 municípios durante as eleições

Reunido na manhã da última terça-feira (7), em sessão administrativa extraordinária, presidida pela desembargadora Maria Iraneide Moura Silva, o Pleno do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE) aprovou, por unanimidade, a requisição, junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), de forças federais para 66 municípios cearenses. O objetivo é garantir, nos dias das votações, a segurança necessária para que o eleitor possa exercer com segurança sua cidadania, seu poder de escolha.

CONTINUAR LENDO

9 de julho de 2026

Resultado do edital de manifestação de interesse para execução do PAA está disponível

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) publicou o resultado do Edital de Manifestação de Interesse 23/2026. O documento traz a lista dos Municípios habilitados a executar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na modalidade Compra com Doação Simultânea, por meio de Termo de Adesão.

CONTINUAR LENDO

10 de julho de 2026

Aprece e Seduc alinham estratégias para fortalecer a Educação nos municípios cearenses

Encontro entre o presidente Joacy Júnior e o novo secretário executivo de Cooperação com os Municípios da Secretaria de Educação do Estado, Eduardo Maia, reforça parceria em torno de metas, equidade educacional e avanços na aprendizagem.

CONTINUAR LENDO

13 de julho de 2026

Prazo para participar do Diagnóstico de Equidade é até 15 de julho

O preenchimento do formulário para o envio de informações pelas redes estaduais e municipais de ensino está no módulo Pneerq, no Simec. O Mapeamento poderá ser usado em estudos sobre desigualdades étnico-raciais e racismo nas escolas.

[CONTINUAR LENDO](#)

14 de julho de 2026

Senado aprova aposentadoria especial para ACE e ACS com impacto de R\$ 70 bi para municípios

O Plenário do Senado aprovou na última terça-feira, 14 de julho, em dois turnos, a PEC 14/2021, que trata de regras para a contratação e aposentadoria dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate a Endemias (ACE). O texto agora só precisa da promulgação pelo Congresso Nacional. O movimento municipalista reconhece a relevância das categorias, mas reitera a preocupação manifestada desde o início da tramitação da matéria no Congresso Nacional sobre o impacto expressivo para os cofres municipais.

[CONTINUAR LENDO](#)

15 de julho de 2026

Plano Brasil Sem Fome avança com foco nos municípios mais vulneráveis

Foi publicada a Resolução CAISAN/MDS 25/2026, que aprova uma nova etapa do Plano Brasil Sem Fome. A normativa tem como objetivo aprimorar a identificação dos territórios e públicos mais afetados pela fome e direcionar políticas públicas integradas para reduzir a pobreza e a insegurança alimentar grave no país.

[CONTINUAR LENDO](#)

17 de julho de 2026

Publicadas novas regras para CadÚnico, Bolsa Família e BPC

Para programas ou os benefícios federais de transferência de renda que utilizem o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, deverá ser observado, agora, o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses de atualização cadastral, tanto para fins de concessão quanto para manutenção do pagamento às famílias.

[CONTINUAR LENDO](#)

21 de julho de 2026

Lei cria a Estratégia Nacional do Complexo Econômico-Industrial da Saúde

Foi sancionada a Lei 15471/26, que institui a Estratégia Nacional do Complexo Econômico-Industrial da Saúde. A ideia é fortalecer a capacidade nacional de desenvolvimento, produção e inovação em tecnologias estratégicas para o Sistema Único de Saúde (SUS). A proposta nasceu durante a pandemia de Covid-19, quando um grupo de

deputados percebeu que o país ficou vulnerável pela falta de insumos básicos para o combate à doença (Projeto de Lei 2583/20). Várias medidas foram tomadas por decretos e portarias, mas agora foram reunidas e aperfeiçoadas em uma lei. Dependência externa A política pública busca utilizar o poder de compra do SUS para reduzir a dependência externa do Brasil em medicamentos, vacinas e dispositivos médicos, fortalecer laboratórios públicos e ampliar o acesso da população a tecnologias estratégicas de saúde. Um dos pontos é a Parceria para o Desenvolvimento Produtivo, PDP, que foca na transferência de tecnologia entre entes privados e laboratórios públicos. Outro é o Programa de Desenvolvimento e Inovação Local, que apoia a pesquisa e a inovação por meio de linhas de crédito e investimentos. No caso da Encomenda Tecnológica, a ideia é financiar pesquisas de alto risco tecnológico, com possibilidade de contratação futura das soluções desenvolvidas pelo poder público. A

CONTINUAR LENDO

22 de julho de 2026

CNM orienta municípios a reforçarem transparência nas emendas parlamentares após decisão do STF

A Aprece reforça o alerta da Confederação Nacional de Municípios (CNM) para que os gestores municipais adotem as novas exigências de transparência e rastreabilidade na execução das emendas parlamentares. A medida atende à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que estabelece critérios mais rigorosos para a aplicação desses recursos a partir de 2026.

Prefiro esta resposta

CONTINUAR LENDO

23 de julho de 2026

CNM convoca gestores para nova Mobilização Municipalista em agosto

O objetivo da iniciativa, que será realizada em Brasília nos próximos dias 11 e 12, é aprovar pleitos prioritários. A ideia é buscar a aprovação da proposição que possa garantir a legitimidade da Confederação Nacional de Municípios para ingressar no Supremo Tribunal Federal (STF) com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) e Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC), por meio do avanço da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 253/2016.

CONTINUAR LENDO

23 de julho de 2026

Oficina em Fortaleza apresentará edital do programa Terra à Mesa Garantia-Safra Semiárido

A iniciativa busca orientar os participantes sobre as regras da seleção pública e ampliar o acesso dos municípios e organizações às oportunidades oferecidas pela política federal voltada ao fortalecimento da agricultura familiar no Semiárido. **CONTINUAR LENDO**

23 de julho de 2026

Prorrogada a obrigatoriedade de CNPJ e emissão de documentos fiscais por pessoas físicas contribuintes de CBS e IBS

Decreto 13.075/2026, publicado no Diário Oficial da União do último dia 21 de julho, e a Resolução 13/2026 do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS) prorrogaram a obrigatoriedade de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e de emissão de d

Portaria estabelece diretrizes para a integração e compartilhamento de dados de segurança

Com o ato normativo, a gestão da segurança pública municipal ganha novos contornos estratégicos, com implicações operacionais, tecnológicas, jurídicas e de planejamento.

CONTINUAR LENDO

28 de julho de 2026

Plataforma pública disponibiliza indicadores e informações sobre direitos humanos

Ambiente virtual de acesso público reúne painéis interativos e narrativas de dados para consulta por gestores, pesquisadores, estudantes e demais interessados. A plataforma disponibiliza dados produzidos a partir de bases públicas e oferece recursos para consulta e análise de informações relacionadas a diferentes temas e públicos.

CONTINUAR LENDO

29 de julho de 2026

Declaro o cumprimento integral dos deveres e obrigações assumidas no TERMO DE CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA firmado com os municípios.

Fortaleza/CE, 30 de julho de 2026.



Joacy Alves dos Santos Júnior
PRESIDENTE